



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME
TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA - TED

MINUTA

II - PLANO DE TRABALHO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA - TED Nº 6/2023

<p>1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA</p> <p>a) Unidade Descentralizadora e Responsável</p> <p>Nome do órgão ou entidade descentralizadora: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME - Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único - SAGICAD</p> <p>Nome da autoridade competente: LETÍCIA BARTHOLO DE OLIVEIRA E SILVA</p> <p>Número do CPF: XXX.483.561-XX</p> <p>Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: Decreto de 2 de janeiro de 2023, Edição-1D, Seção 2- extra-D, página 1.</p> <p>b) UG SIAFI</p> <p>Número e Nome da Unidade Gestora - UG/GESTÃO que descentralizará o crédito: 550010 – Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único</p> <p>Número e Nome da Unidade Gestora responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: 550010 – Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único</p>
<p>2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA</p> <p>a) Unidade Descentralizada e Responsável</p> <p>Nome do órgão ou entidade descentralizada: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ/RJ</p> <p>Nome da autoridade competente: MARIO SANTOS MOREIRA</p> <p>Número do CPF: XXX.386.357-XX</p> <p>Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED: Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde</p> <p>Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: DOU – 13 de abril de 2023, página 71 - seção 02</p> <p>b) UG SIAFI</p> <p>Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito: UG 254420 - FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ/RJ</p> <p>Número e Nome da Unidade Gestora - UG responsável pela execução do objeto do TED: UGR254431 - Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde.</p>
<p>3. OBJETO:</p> <p>Pesquisa aplicada para a construção de diagnóstico sobre a organização social do cuidado no Brasil, que inclui as necessidades de cuidados e oferta de políticas, programas e serviços existentes e, ainda, os trabalhos de cuidado (remunerado e não remunerado) realizados pelas famílias, incluindo projeções de demandas, para subsidiar a elaboração da Política e do Plano Nacional de Cuidados, conforme o estabelecido no Decreto 11.460, de 30 de março de 2023.</p>
<p>4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED:</p> <p>4.1. Ações</p> <ol style="list-style-type: none">1. Propor metodologia e indicadores para elaboração do diagnóstico sobre a organização social de cuidados no Brasil, considerando tanto a oferta existente, quanto as demandas de cuidados;2. Construir um conjunto de indicadores, com base em dados secundários disponíveis, que subsidie a elaboração do diagnóstico desenvolvido pela SNCF para proposição da Política e do Plano Nacional de Políticas de Cuidados;3. Realizar o levantamento das ofertas de cuidados no Brasil voltadas para os públicos prioritários: crianças e adolescentes, pessoas com deficiência e pessoas idosas, considerando os serviços, políticas e programas, além do trabalho de cuidado remunerado e não remunerado realizado pelas famílias, tomando como base a tipologia adotada pela SNCF/MDS;4. Realizar estimativa de demandas de cuidados no Brasil, considerando as perspectivas de gênero, raça, etnia, classe, ciclo de vida, pessoas com deficiência e territorial;5. Mapear as lacunas existentes entre oferta e demanda de cuidados a serem enfrentadas na elaboração de uma Política e um Plano Nacional de Cuidados, apresentando recomendações;6. Mapear as lacunas existentes em termos de dados demográficos e registros administrativos disponíveis para subsidiar a melhoria da produção de informações oficiais sobre cuidados no Brasil;7. Desenvolver relatórios e textos que sintetizem os resultados;8. Realizar atividades de disseminação de conhecimentos;9. Participar de reuniões periódicas com a equipe da SNCF/MDS;10. Fomentar a realização de atividades de participação e diálogo social para construir a Política Nacional de Cuidados. <p>4.2. Metas</p> <p>Meta 1. Coordenação metodológica e operacional do projeto</p> <p><u>Descrição:</u> Planejamento metodológico e operacional do projeto.</p> <p>Meta 2. Proposta de Indicadores de Cuidado no Brasil</p> <p><u>Descrição:</u> Seleção, definição e construção de indicadores básicos sobre oferta e demanda de cuidados para subsidiar a elaboração e acompanhamento da Política Nacional de Cuidados e aprimorar as informações oficiais sobre o tema.</p> <p>Meta 3. Diagnóstico da oferta e demanda de Cuidados</p> <p><u>Descrição:</u> levantamento de oferta e demanda de cuidados adequados aos grupos prioritários crianças, adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência que requerem cuidados (pessoas com necessidades de cuidados para realizarem as atividades básicas e instrumentais da vida diária) e trabalhadoras de cuidado remunerado e não remunerado, com ênfase nas cuidadoras familiares e trabalhadoras domésticas.</p> <p>Meta 4. Disseminação dos resultados</p> <p><u>Descrição:</u> desenvolvimento de materiais e estratégias de divulgação dos resultados da pesquisa</p> <p>Meta 5. Participação Social</p> <p><u>Descrição:</u> interlocução com a sociedade civil para subsidiar a elaboração da Política Nacional de Cuidados e o Plano de Nacional de Cuidados.</p>
<p>5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED</p> <p>O tema dos cuidados – questão central para a sustentação e para a reprodução da vida humana e para a garantia do bem-estar físico, psíquico e emocional das pessoas – apenas recentemente vem ocupando mais espaço na agenda de políticas públicas na América Latina e no Brasil. O cuidado é um direito e uma necessidade de todas as pessoas ao longo do seu ciclo de vida, já assim reconhecido em diversos pactos e tratados internacionais. É possível definir o cuidado como um trabalho cotidiano e articulador dos processos de produção e reprodução, que garante a sustentabilidade da vida humana e o bem-estar, além de suportar o sistema econômico baseado na economia mercantil, por meio da reprodução da força de trabalho.</p> <p>A atual forma de organização social dos cuidados no Brasil é estruturada pela divisão de trabalho que atribui às famílias e, nestas, às mulheres, a responsabilidade principal ou exclusiva por estas atividades. Isso envolve a sobrecarga de atividades cotidianas de gestão, sustentação e reprodução da vida, como a preparação de alimentos, a manutenção da limpeza e organização dos domicílios, o apoio às mais diversas atividades do cotidiano a pessoas com diversos graus de autonomia ou dependência. A divisão sexual do trabalho se intersecciona com a divisão social, racial e étnica do trabalho, o que implica que a organização social dos cuidados é profundamente marcada por desigualdades sociais e territoriais na forma que se organiza a sua provisão, mas também como se organiza o atendimento de suas necessidades. Essa forma de organização social dos cuidados sobrecarrega extremamente as mulheres, em especial as mais pobres e com menores rendimentos, colocando fortes barreiras à conclusão das</p>

suas trajetórias educacionais e à sua inserção no mercado de trabalho e a vida pública em igualdade de condições com os homens, comprometendo suas possibilidades de geração de renda e a sua autonomia econômica, e contribuindo, assim, para a reprodução da pobreza e da vulnerabilidade social. Trata-se de uma organização insustentável dos cuidados, injusta e desigual, uma vez que envolve, de um lado, aumento da demanda por cuidados – a exemplo do envelhecimento populacional e das pessoas idosas – e diminuição de pessoas “disponíveis” para cuidar no âmbito familiar, resultante de uma combinação de fatores, como a inserção das mulheres no mercado de trabalho e a diminuição das famílias.

As desigualdades atravessam a realidade de quem oferta o trabalho de cuidado, de forma remunerada e não remunerada, mas também de quem recebe o cuidado, principalmente considerando os grupos que integram a categoria dos cuidados necessários, ou seja, que possuem maior necessidade de cuidados, que é o caso das crianças (principalmente 1ª infância), além de pessoas idosas e com deficiência com diferentes níveis de dependência.

Além disso, é importante chamar atenção para a insuficiência de equipamentos públicos relacionados a essa temática de cuidados, que sobrecarregam ainda mais as famílias, em especial as mulheres, em suas múltiplas interseccionalidades. Para responder a esse cenário, é necessária a corresponsabilização entre Estado, família, mercado/empresas e comunidade. Para que o Estado brasileiro possa efetivar esse compromisso com a corresponsabilização, foi criada a Secretaria Nacional de Cuidados e Família no âmbito do Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (SNCF/MDS).

O objetivo da SNCF é formular, coordenar e implementar uma Política e um Plano Nacional de Cuidados, garantindo o direito ao cuidar e ao cuidado de todas as pessoas, especialmente aquelas que possuem maiores necessidades de cuidados (crianças, pessoas idosas e com deficiência com diferentes níveis de dependência) e aquelas que cuidam (de forma remunerada ou não). A criação de uma Política Nacional de Cuidados parte da premissa de que o cuidado com a vida humana deve ser objetivo central dos governos e deve ser compartilhado socialmente, entre mulheres e homens, no interior das famílias e, ainda, entre as famílias, Estado, comunidade e mercado/empresas. Trata-se de construir os caminhos para uma nova organização social dos cuidados, que estruture as condições para uma sociedade de cuidados.

O reconhecimento da necessidade de estruturação de uma política integrada de cuidados no Brasil implica colocar o país na rota de ampliação e inovação em proteção social que já vem sendo trilhado por diferentes países da América Latina. Isso implica a adoção de uma abordagem intersetorial integrando, entre outras, políticas e sistemas de assistência social, saúde, educação, renda e trabalho, além de regular os serviços do mercado/empresas e, ainda, fortalecer e reconhecer o cuidado comunitário. Para isso, é fundamental articular políticas e serviços já existentes sob a ótica do cuidado, quanto formular e implementar novas políticas, serviços e equipamentos para preencher as lacunas existentes, considerando o conjunto de tipologias que constituem as políticas de cuidados (oferta e regulação de serviços, tempo para cuidar, benefícios, garantia de direitos trabalhistas e previdenciários no mercado de trabalho e transformação cultural).

É necessário, ainda, adotar uma abordagem transversal, que permita incorporar perspectivas de gênero, raça, etnia, classe, ciclo de vida e inclusão de pessoas com deficiência, além da dimensão territorial e que, em uma abordagem interseccional, essas relações sociais sejam compreendidas como imbricadas e que, portanto, demandam soluções integradas. Finalmente, é fundamental uma concepção federativa e participativa, para que as políticas de cuidado cheguem efetivamente a todas as brasileiras e todos os brasileiros, em sua diversidade, e quem seja construída a partir de suas contribuições, de forma democrática.

Diante do exposto, tendo em vista que o MDS não possui como foco a expertise em desenvolvimento de pesquisas acadêmicas, o objetivo desta proposta é realizar o diagnóstico da organização social dos cuidados no Brasil e propor rol de indicadores para subsidiar o MDS no desenvolvimento futuro de painel informatizado de indicadores, cujo desenvolvimento não contempla a atual proposta, e para subsidiar a elaboração ou o monitoramento do Plano Nacional de Cuidados. O objetivo da pesquisa se coaduna com a missão do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Cict/Fiocruz) de participar da formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, desenvolver estratégias e executar ações de informação e comunicação no campo da ciência, tecnologia e inovação em saúde, objetivando atender às demandas sociais do Sistema Único de Saúde (SUS) e de outros órgãos governamentais.

Os resultados da identificação e caracterização da demanda e da oferta de cuidados serão fundamentais para compreender como o Cadastro Único pode ser instrumentalizado ou aperfeiçoado para subsidiar a Política de Cuidados. A partir desses estudos, será possível avaliar em que medida o Cadastro Único é um instrumento capaz de captar informações relativas às necessidades de cuidados e identificar o público-alvo prioritário para a Política de Cuidados. Dessa forma, os produtos obtidos fornecerão subsídios tanto para a qualificação da coleta de dados pelo Cadastro Único quanto para a melhoria do seu uso como norteador de políticas públicas do MDS, especialmente aquelas relacionadas ao cuidado.

É oportuno que a parceria proposta nesse Termo seja celebrada com a FIOCRUZ, não apenas pelo órgão ser público, de referência e excelência em pesquisas na área de saúde pública e coletiva, mas também porque esta colaboração atende às demandas intersetoriais e transversais relativas ao tema dos cuidados no Governo Federal, coordenadas pela Secretaria Nacional de Cuidados e Família - SNCF, recentemente criada no âmbito do MDS.

6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

- () Sim
(X) Não

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

- () Direta, por meio da utilização da capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.
() Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.
(X) Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º)

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

- (X) Sim
() Não

O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos, até o limite de 20% do valor global pactuado: 15% de custo indireto para contratação de Fundação de Apoio de direito privado, sem fins lucrativos, na forma das disposições do Código Civil, no amparo da Lei nº 8.958 de 1994 com a finalidade de execução das atividades de apoio logístico, administrativo e gestão financeira do projeto.

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

METAS/ Produtos	DESCRIÇÃO	Unidade de Medida	Qtd.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)	Início	Fim
META 1							
Coordenação metodológica e operacional do projeto							
PRODUTO 1.1	Documento com planejamento metodológico e operacional preliminar do projeto	Relatório	1	114.080,00	114.080,00	Mês 1	Mês 1
PRODUTO 1.2	Relatórios de execução do projeto contendo a descrição das atividades realizadas	Relatório	2	114.080,00	228.160,00	Mês 1	Mês 24
Total meta 1					R\$ 342.240,00		
META 2							
Desenvolvimento do Painel indicadores de cuidado no Brasil							
PRODUTO 2.1	Proposta e cálculo de indicadores para subsidiar a elaboração do diagnóstico da política Nacional de Cuidados, com base em dados secundários oficiais disponíveis e análise das lacunas de informação.	Relatório	1	186.591,33	186.591,33	Mês 1	Mês 3
PRODUTO 2.2	Rol de indicadores para compor painel informatizado de indicadores, para subsidiar a elaboração do Plano Nacional de Cuidados, incluindo cálculo e análise de lacunas dos dados demográficos e de registros administrativos existentes para subsidiar a melhoria das informações oficiais sobre cuidados.	Relatório	2	186.591,33	373.182,67	Mês 5	Mês 24
Total meta 2					R\$ 559.774,00		
META 3							
Diagnóstico da oferta e demanda de cuidados							
Produto 3.1	Relatório técnico preliminar contendo o mapeamento de ofertas e demandas de cuidados, suas lacunas e recomendações referente ao público prioritário “crianças e adolescentes”	Relatório	2	140.300,00	280.600,00	Mês 1	Mês 15
Produto 3.2	Relatório técnico final contendo o mapeamento de ofertas e demandas de cuidados, suas lacunas e recomendações referente ao público prioritário “crianças e adolescentes”	Relatório	1	140.300,00	140.300,00	Mês 15	Mês 24
Produto 3.3	Relatório técnico preliminar contendo o mapeamento de ofertas e demandas de cuidados, suas lacunas e recomendações referente ao público prioritário “pessoas idosas que requerem cuidados”	Relatório	2	140.300,00	280.600,00	Mês 1	Mês 15
Produto 3.4	Relatório técnico final contendo o mapeamento de ofertas e demandas de cuidados, suas lacunas e recomendações referente ao público prioritário “pessoas idosas que requerem cuidados”	Relatório	1	140.300,00	140.300,00	Mês 15	Mês 24

Produto 3.5	Relatório técnico preliminar contendo o mapeamento de ofertas e demandas de cuidados, suas lacunas e recomendações referente ao público prioritário "pessoas com deficiência que requerem cuidados"	Relatório	2	140.300,00	280.600,00	Mês 1	Mês 15
Produto 3.6	Relatório técnico final contendo o mapeamento de ofertas e demandas de cuidados, suas lacunas e recomendações referente ao público prioritário "pessoas com deficiência que requerem cuidados"	Relatório	1	140.300,00	140.300,00	Mês 15	Mês 24
Produto 3.7	Relatório técnico preliminar contendo a mensuração da capacidade de produção e consumo de cuidados, tendo em vista as análises de projeção, além de enfatizar aspectos relacionados aos avanços necessários para a garantia de trabalho decente às trabalhadoras de cuidado, bem como suas necessidades de escolarização e qualificação profissional.	Relatório	2	140.300,00	280.600,00	Mês 1	Mês 15
Produto 3.8	Relatório técnico final contendo a mensuração da capacidade de produção e consumo de cuidados, tendo em vista as análises de projeção, além de enfatizar aspectos relacionados aos avanços necessários para a garantia de trabalho decente às trabalhadoras de cuidado, bem como suas necessidades de escolarização e qualificação profissional.	Relatório	1	140.300,00	140.300,00	Mês 15	Mês 24
Total meta 3					R\$ 1.683.600,00		
META 4	Disseminação dos resultados						
PRODUTO 4.1	Material comunicacional de disseminação dos resultados da pesquisa	Relatório	1	56.158,33	56.158,33	Mês 12	Mês 24
PRODUTO 4.2	Evento de apresentação dos resultados	Eventos	2	56.158,33	112.316,67	Mês 18	Mês 22
Total meta 4					R\$ 168.475,00		
META 5	Participação Social						
PRODUTO 5.1	Rodas de escuta com a sociedade civil	Rodas	10	9.600,00	96.00000	Mês 1	Mês 6
Total meta 5					R\$ 96.00000		

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO		
MÊS/ANO	VALOR (R\$)	
11/2023	R\$ 2.850.689,00	
Total	R\$ 2.850.689,00	
11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO		
CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA	CUSTO INDIRETO	VALOR PREVISTO (R\$)
339039	NÃO	2.478.860,00
339039	SIM	371.829,00
TOTAL		R\$ 2.850.689,00
12. PROPOSIÇÃO		
Rio de Janeiro/RJ, na data da assinatura eletrônica.		
MARIO SANTOS MOREIRA Presidente da FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ Unidade Descentralizada		
13. APROVAÇÃO		
Brasília/DF, na data da assinatura eletrônica.		
LETÍCIA BARTHOLO DE OLIVEIRA E SILVA Secretária de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único Unidade Descentralizadora		



Documento assinado eletronicamente por **MARIO SANTOS MOREIRA**, Usuário Externo, em 13/11/2023, às 16:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Letícia Bartholo de Oliveira e Silva**, Secretária de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único, em 14/11/2023, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador **14592044** e o código CRC **07A38449**.